

Programa de Gestão Reitoria Unifesp 2023-2027



Christina Andrews
Candidata à Reitora

Ana Lucia Goulart
Candidata à Vice-Reitora

Chapa 2: Reconstrução e Respeito

Apresentando um programa de gestão a partir da realidade

A Chapa 2 é uma chapa de oposição ao status quo que está no comando da reitoria nos últimos dez anos. É bom deixar claro que não propomos que todas as iniciativas das duas últimas gestões na reitoria da Unifesp precisem ser revistas, modificadas ou descartadas. No entanto, também precisamos dizer sem subterfúgios que existem profundas deficiências na gestão Unifesp, o que nos levou a propor a **reconstrução** da universidade. Também entendemos que as relações internas se deterioraram a ponto de sentirmos necessário resgatar a ideia de **respeito** como um princípio de convivência universitária.

Tendo como base a experiência e os conhecimentos que acumulamos ao longo dos anos, em grande parte graças a nossa vida como docentes e pesquisadoras da Unifesp, estamos apresentando aqui o Programa de Gestão 2023–2027 da Chapa 2. Não se trata de um programa exaustivo, mas de um conjunto de ações prioritárias e realistas. São ações realistas porque são factíveis e também porque emergem de um diagnóstico da situação atual na Unifesp. É a partir deste diagnóstico que as propostas foram construídas.

Não estamos propondo ideias abstratas. Quando falamos de princípios neste programa de gestão é porque eles têm um papel fundamental no funcionamento da universidade, como é o caso da transparência e do respeito. Sabemos que nenhum arranjo institucional é suficiente em si mesmo. É preciso que no topo da hierarquia da universidade existam pessoas comprometidas com o fortalecimento da instituição e que tenham vontade de apoiar todos aqueles que atuam para concretizar a missão da Unifesp. Também é preciso que tenhamos na reitoria pessoas republicanas, que se abstenham de usar a universidade para seus próprios fins, sejam esses materiais ou políticos. Por isso nos candidatamos aos cargos de reitora e vice-reitora da Unifesp.

Agradecemos a todos os docentes, TAEs e estudantes que se dispuseram a nos contar suas histórias de dificuldades de trabalho e estudo na Unifesp. Seus relatos foram fundamentais para fazermos o diagnóstico dos problemas da nossa universidade. Ressaltamos, porém, que a nossa principal fonte de inspiração foi a resiliência e a esperança que encontramos em todos os cantos por onde andamos. Muito obrigada!

Christina Andrews

Candidata a reitora pela Chapa 2

Ana Lucia Goulart

Candidata a reitora pela Chapa 2

P.S. Agradecemos se puderem enviar comentários, críticas e sugestões para a Chapa 2: reconstrucaorespeito23@gmail.com

Uma Nota sobre as Ações do Programa da Chapa 2

As ações descritas a seguir estão interconectadas, cada uma contribuindo para o fortalecimento de outra. Portanto, embora descritas em formato de ações específicas, trata-se de um conjunto pensado para funcionar de maneira integrada. Incluímos em cada uma das ações as instâncias envolvidas na implementação das mesmas.

Ação #1 – Garantir a democracia interna

Atualmente, os membros do Conselho Universitário – Consu recebem as minutas de resoluções —algumas bastante complexas— apenas alguns dias antes da reunião onde serão discutidas. No entanto, há um caminho que facilitaria o processo decisório no Consu e que permite o aprofundamento da discussão e a qualidade das decisões. **Na gestão da Chapa 2, todas as resoluções elaboradas pela reitoria serão previamente analisadas por Grupos de Trabalho constituídos por membros do Consu.** Caberá a esses GTs analisar as minutas e elaborar um parecer que será enviado a todos os conselheiros. Esta é uma prática já adotada na Universidade Federal do ABC e que tem se mostrado bastante útil.

Além de aprimorarmos o processo decisório no Consu, precisamos também aperfeiçoar a representatividade no Consu. Atualmente, os pró-reitores, que não receberam votos da comunidade, têm o mesmo direito de voto do que os conselheiros eleitos (representantes das categorias e diretores de unidades acadêmicas e de campi). **Propomos a alteração do estatuto da Unifesp para conceder o direito de voto no conselho universitário apenas a seus membros eleitos.** Assim sendo, os pró-reitores passarão a ser membros-participantes, sem direito a voto, mas com direito a voz no plenário do Consu.

Considerando o teto das reuniões do Consu (máximo quatro horas), é importante que os conselheiros possam discutir e deliberar sobre os itens mais relevantes da pauta já no início das reuniões. Isso também facilitaria o acompanhamento remoto das reuniões pela comunidade. **A chapa 2 se compromete pautar os informes depois da discussão da Ordem do Dia e colocar os itens mais importantes da pauta para discussão já no início das reuniões do Consu.**

Talvez a medida mais necessária para aprimorar a nossa democracia interna é adotar um procedimento que já existe em dezenas de universidades federais brasileiras: o segundo turno na consulta à comunidade para os cargos de reitor(a) e vice-reitor(a). Este procedimento é fundamental não só para garantir a legitimidade dos eleitos, mas também para incentivar a maior participação de chapas na consulta à comunidade. Assim sendo, **a gestão da Chapa 2 encaminhará ao Consu proposta de alteração do Regimento Geral da Unifesp de forma a introduzir o segundo turno nos casos em que existirem mais de**

duas chapas inscritas e nenhuma alcançar maioria absoluta dos votos em um primeiro escrutínio.

Para garantir a democracia interna a reitoria precisa também dedicar tempo para conhecer os problemas da Unifesp e ouvir as demandas dos campi e unidades acadêmicas. A reitoria não pode se limitar a atuar apenas nos momentos de alguma crise. **A gestão da Chapa 2 se compromete a fazer reuniões regulares com os diretores acadêmicos e suas equipes, de forma a acompanhar e apoiar o trabalho desenvolvido na Unifesp.** Sabemos que nossos servidores têm capacidade não só para diagnosticar problemas em suas áreas, mas também para chegarem a soluções factíveis. Cabe à reitoria escutar e agir para apoiar os servidores que trabalham com dedicação pela Unifesp.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Conselho Universitário – Consu, pró-reitorias, diretorias acadêmicas e de campus.

Ação #2 – Reconstruir a Transparência

É fundamental democratizar o acesso às oportunidades de financiamento de projetos e bolsas de pesquisa e extensão na Unifesp. Atualmente, os interessados em obter financiamento ou bolsas têm que examinar as páginas de diversas pró-reitorias, na expectativa de encontrar algum edital pertinente a seu perfil ou linha de pesquisa — e que ainda esteja aberto. Por exemplo: em 2022, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – Proec distribuiu R\$ 428.700 em bolsas de extensão (valor completo para 12 meses), mas a divulgação dos editais aconteceu apenas na página da Proec e a maioria dos links disponíveis correspondiam aos resultados de editais e não a editais abertos (levantamento realizado em fevereiro de 2023).

A Unifesp pactua anualmente dezenas de contratos e convênios que são gerenciados pela FapUnifesp. Grande parte desses contratos são resultado de iniciativas de pesquisadores junto a financiadores públicos e privados e, por esse motivo, já têm seus coordenadores definidos desde a concepção dos mesmos, o que deve ser respeitado. No entanto, existem oportunidades de financiamento para projetos e bolsas que deveriam estar abertas a toda a comunidade acadêmica. Um exemplo é o Convênio 151/2018 entre o MPF e a Unifesp, que financia projetos na área dos direitos difusos, e que já destinou R\$ 2.446.299,85 à nossa universidade. Localizamos no portal da Unifesp (na página da Pró-Reitoria de Planejamento – ProPlan) apenas um edital solicitando propostas de projetos no âmbito deste convênio. Os três projetos pertinentes a este edital somaram pouco mais de R\$ 256 mil, ou seja, cerca de 10% do total de recursos recebidos pela Unifesp por meio do convênio. Existem ainda três projetos de pesquisa que somam R\$ 330 mil, mas não localizamos o edital que fez o chamamento sobre essa oportunidade de financiamento. Essas informações só puderam ser obtidas porque fizemos uma solicitação formal por meio

da Lei de Acesso à Informação. Ainda assim, não foram fornecidos os temas ou os nomes dos coordenadores e pesquisadores envolvidos em três projetos que teriam recebido um total de R\$ 1.298.527,30. Na verdade, não sabemos a forma como o convênio é operacionalizado: os recursos são repassados para a Unifesp, que então decide quais temas serão contemplados, ou o MPF recebe propostas selecionadas pela Unifesp e daí transfere os recursos? Em suma, a Unifesp divulgou no portal da Unifesp a celebração do convênio com o MPF ciente de que se tratava de questão do interesse de toda a comunidade, mas não tomou a iniciativa de divulgar amplamente os editais para acesso aos recursos.

A divulgação ativa de editais por meio das listas institucionais de mensagens eletrônicas é uma medida extremamente simples e que contribui de forma decisiva para a transparência na Unifesp. **A Chapa 2 se compromete a divulgar por meio das listas de endereços eletrônicos institucionais todos os editais de bolsas de qualquer modalidade, assim como os editais sobre oportunidades de financiamento de projetos de pesquisa e extensão.** Além disso, sempre que possível, os editais estarão abertos por, no mínimo, 20 dias.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Departamento de Comunicação Institucional – DCI; Pró-Reitorias.

Ação #3 – Fortalecer a Integridade Pública com Justiça

Uma das questões que aparecem com frequência nas conversas que temos mantido com os TAEs é o uso do Processo Administrativo Disciplinar como uma forma de intimidação. O fenômeno é tão generalizado no serviço público federal que **a Nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), proíbe a autoridades públicas de abrir processos administrativos disciplinares sem indícios de infrações administrativas ou funcionais;** a violação dessa determinação implica pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

A gestão da Chapa 2 tomará providências para que os instrumentos disciplinares, em especial o processo administrativo disciplinar, sejam usados dentro de seus objetivos e não como armas de intimidação. Uma das medidas é limitar os mandatos daqueles que são membros das comissões disciplinares, como a Comissão Processante Permanente – CPP, a Câmara de Juízo de Admissibilidade – CJA e a Comissão de Ética Pública CEP-Pública. Além disso, a indicação dos membros dessas comissões deverá voltar a ser uma atribuição do conselho universitário, ao qual essas comissões passarão a estar ligadas funcionalmente. Também será necessário rever a composição das comissões disciplinares, em especial a Câmara de Juízo de Admissibilidade, que atualmente tem como seus membros representantes de outras comissões disciplinares, como a CPP e a CEP-Pública e outros servidores indicados pelo(a) reitor(a). Orientaremos a CPP para dar preferência às sindicâncias investigativas antes da instauração dos pro-

cessos administrativos disciplinares, sempre que isso for permitido por lei.

Além disso, é fundamental que a Câmara Recursal Disciplinar, a instância que analisava os recursos contra as punições disciplinares no Consu, e que foi extinta em 2019, seja reinstalada. Também é necessário que todo servidor que seja objeto de um processo administrativo disciplinar conheça os seus direitos. Para tanto, nos comprometemos a elaborar uma “Cartilha dos Direitos dos Servidores no Contexto do Pad”.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria, Conselho Universitário, comissões e câmaras pertinentes.

Ação #4 – Garantir a autonomia e a confiabilidade das decisões da CAD e da CPPD

A Comissão de Avaliação Docente – CAD e a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD devem atuar com autonomia. Além de fundamentarem suas decisões em critérios claros e objetivos, as comissões responsáveis pela avaliação docente devem ser protegidas das pressões do poder instituído na Unifesp.

É necessário abrir um debate amplo e democrático em nossa universidade que possa trazer novas perspectivas para as carreiras dos docentes. Os docentes precisam ter confiança de que, se se orientarem pelos critérios estabelecidos, poderão desenvolver suas carreiras conforme o esforço empreendido. **A gestão da Chapa 2 se compromete a levar ao Consu, após articulações com a CAD e CPPD, a discussão sobre aperfeiçoamento das normas usadas na avaliação docente, de forma que possam melhor expressar as atividades dos docentes de diferentes áreas do conhecimento.**

Estabelecer critérios para o desenvolvimento da carreira docente é um passo necessário, mas não suficiente para garantir a independência das comissões encarregadas da avaliação docente. **Nesse sentido, a gestão da Chapa 2 assume o compromisso público de nunca interferir no processo decisório da CAD ou da CPPD, tratando seus membros como os únicos responsáveis pela avaliação docente.**

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Comissão de Avaliação Docente – CAD; Comissão Permanente de Pessoal Docente.

Ação #5 – Criar a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Igualdade de Oportunidades – Proigualdade

Este tema requer que apresentemos um breve relato da deliberação que teve lugar no Consu.

Na reunião ordinária do Consu realizada no dia 8 de março de 2023, a presidente do Consu propôs a modificação do regimento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Prae, de forma que esta passaria a se chamar Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas – Praepa.

Nesta reunião do Consu, a Chapa 2 apontou para a necessidade de que fosse criada uma pró-reitoria exclusiva para tratar da questão, especialmente porque é necessário sinalizar, tanto para o público interno da Unifesp como para o público externo, que a Unifesp leva a questão a sério. Tal como sugerida, a Praepa se apresenta como um apêndice da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, ainda que o regimento mencione o envolvimento de outras pró-reitorias. Além disso, a Política Carolina Maria de Jesus de Promoção de Equidade Étnico-Racial da Unifesp (Resolução Nº 121/2021) não trata de questões que são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades dentro da Unifesp, como o investimento em capacitação dos servidores negros, indígenas e com deficiência. Isso é fundamental para apoiar a carreira desses servidores que, historicamente, tiveram poucas oportunidades de formação acadêmica e técnica antes de ingressarem na universidade. **A gestão da Chapa 2 proporá a reserva de vagas em cursos de pós-graduação e especialização para os servidores negros, indígenas e com deficiências.**

Isso posto, tendo em vista a necessidade de articular as políticas de promoção da diversidade étnico-racial e de combate ao racismo e à discriminação, **propomos a convocação de uma audiência pública em parceria com o Conselho Estratégico Unifesp-Sociedade – CEUS e a o encaminhamento da proposta de criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Igualdade de Oportunidades – ProIgualdade.** O CEUS foi criado para ser um instância de articulação entre a Unifesp e a sociedade civil. Como o tema pertinente à ProIgualdade tem grande relevância social, é importante que este conselho participe da discussão sobre a criação desta pró-reitoria.

Sabemos que pleitear uma nova pró-reitoria depende da disponibilidade da gratificação para Cargo de Direção (CD) e que o governo federal tem atualmente um número limitado dessas gratificações. No entanto, é possível manter o número atual de pró-reitorias na Unifesp e ainda assim criar a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Igualdade de Oportunidades. Para tanto, é possível remanejar atividades para que sejam executadas sob uma única Pró-Reitoria. **A criação da ProIgualdade permitirá a coordenação de políticas que são transversais a várias pró-reitorias. Antes de tudo, esta iniciativa fará com que a Unifesp seja referência no ensino superior brasileiro no que se refere a políticas para promoção da diversidade étnico-racial e de combate à discriminação em todas as suas formas.**

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Conselho Universitário – Consu, Conselho Estratégico Unifesp-Sociedade – CEUS.

Ação #6 – Estabelecer a Ouvidoria Especial Contra o Assédio e a Discriminação – OECAD

Como sabemos, as ouvidorias nos órgãos públicos são uma exigência legal e seguem uma estrutura formal padrão, voltada para atender as demandas do público externo. A Unifesp aderiu à plataforma Fala.br da CGU, que pode ser usada por qualquer cidadão para dar cumprimento à Lei de Acesso à Informação, fazer denúncias, reclamações, etc. No entanto, não há uma instância em que TAEs e docentes possam usar com segurança quando se sentirem vítimas de assédio nas suas relações dentro da universidade.

Entendemos ser necessário criar a Ouvidoria Especial Contra o Assédio e a Discriminação – OECAD, constituída por representantes eleitos pelas categorias de servidores e que terá a função de receber queixas e dar o encaminhamento mais adequado a cada situação. É importante que os servidores responsáveis por este atendimento sejam eleitos por seus pares, para garantir a independência de atuação frente às hierarquias funcionais da Unifesp. Caberá a esses representantes eleitos encaminhar as queixas recebidas, avaliando se são passíveis de solução por meio da Câmara de Mediação da Unifesp – CAMU, se demandam encaminhamentos por meio da Comissão de Ética Pública ou se será necessário uma denúncia nos termos da Lei 8.112/1990.

Considerando que os estudantes já contam com a estrutura dos Núcleos de Assistência Estudantil, é necessário que seus servidores sejam capacitados para lidar com os casos de assédio e discriminação, como propomos na Ação #14 (ver abaixo).

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Conselho Universitário – Consu, Câmara de Mediação de Conflitos – CAMU; Comissão de Juízo de Admissibilidade; Comissão de Ética Pública, Comissão Permanente Processante – CPP.

Ação #7 – Revitalizar o Conselho Estratégico Unifesp–Sociedade – CEUS e aproximá-lo do AGITS

A criação do Conselho Estratégico Unifesp–Sociedade – CEUS foi uma ótima iniciativa, mas sua condução precisa ser revista. As informações disponíveis na página do CEUS no portal da Unifesp mostram que em seus primeiros anos de funcionamento, o conselho se reuniu com regularidade (média de três reuniões por ano). No entanto, em 2022, foi realizada apenas uma reunião. As atas das reuniões do CEUS revelam que os representantes da sociedade civil apresentaram propostas bastante sensatas e exequíveis, mas não há registro de que essas propostas tenham resultado em ações concretas (como, por exemplo, a cartilha para prevenção da Covid para a população mais vulnerável).

A Chapa 2 se compromete a retomar as atividades dos CEUS, cuidando para que as propostas que forem acordadas neste conselho sejam levadas

adiante, de acordo com as condições orçamentárias e de disponibilidade de recursos humanos das partes envolvidas.

Precisamos estabelecer uma ponte entre o CEUS e a Agência de Inovação Tecnológica e Social – AGITS da Unifesp, de forma a alavancar o impacto social das iniciativas da Unifesp. Para tanto, propomos que AGITS tenha um representante no CEUS que poderá, então, se manifestar quanto à possibilidade de envolvimento da agência em projetos de interesse social sugeridos pelo conselho da sociedade civil.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Conselho Estratégico Unifesp–Sociedade – CEUS; Agência de Inovação Tecnológica e Social – AGITS; Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – ProEC.

Ação #8 – Investir na melhoria da infraestrutura

Um dos grandes problemas existentes na Unifesp é a deterioração da infraestrutura da universidade, dos edifícios aos equipamentos dos laboratórios. Além do desgaste natural da infraestrutura, vários edifícios necessitam de reformas para proporcionar acessibilidade e segurança e alguns precisam ser adaptados para abrigar outras funções. Este é um problema que, se ignorado, poderá implicar em paralisação de atividades — e maiores custos ao longo do tempo.

Quase todos os campi da Unifesp têm um Plano Diretor de Infraestrutura – PDInfra, mas grande parte da infraestrutura planejada não saiu do papel por falta de recursos e também por falta de capacidade de gestão e captação de recursos. Um exemplo é o PDInfra do campus São Paulo aprovado em 2019, que previu a construção de cinco edifícios. No entanto, o ambicioso projeto —que previa investimentos de recursos públicos e privados— não foi adiante por falta de um plano realista de captação de recursos. **Na gestão da Chapa 2, a Pró-Reitoria de Planejamento – ProPlan passará a atuar decisivamente na captação de recursos destinados à infraestrutura, de forma a dar continuidade aos PDInfra dos campi e à manutenção dos edifícios e equipamentos existentes.** Todas as possíveis fontes de recursos serão consideradas, sejam transferências de ministérios, emendas parlamentares, doações e parcerias público-privadas. Não é aceitável que a comunidade da Unifesp assista, impotente, à deterioração de sua infraestrutura.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Planejamento – ProPlan.

Ação #9 – Recompôr a força de trabalho

Atualmente a Unifesp tem, simultaneamente, uma grande carência na

distribuição de técnicos administrativos e de técnicos de laboratório. Nos últimos anos, tivemos muitas aposentadorias e exonerações e, ao mesmo tempo, foram criados novos campi que demandam um quadro próprio de servidores. Por exemplo, no campus de São José dos Campos, o déficit em recursos humanos está colocando em risco a continuidade de cursos; no campus Osasco, existem apenas cinco servidores atuando na biblioteca atendendo a dois mil alunos de seis cursos de graduação, com turmas no diurno e noturno, além dos cursos de pós-graduação, em processo de expansão. Trata-se de uma situação que já pode ser considerada insustentável.

É preciso levar em conta também que as mudanças no sistema previdenciário tornaram o emprego no serviço público federal menos atrativo. Com isso, temos hoje condições adversas para a atração e retenção de servidores. Precisamos de uma política ativa para enfrentar esse cenário.

A reitoria hoje tem um número expressivo de TAEs em funções administrativas, enquanto alguns dos campi da Unifesp ainda não têm um contingente minimamente adequado para atender às suas necessidades. Uma vez que boa parte dos TAEs administrativos estão trabalhando remotamente, este poderão ser realocados sem prejuízo a essa forma de trabalho, e poderão atuar nos campi deficitários. **Nossa proposta, portanto, é elaborar um plano de redistribuição dos serviços administrativos em trabalho remoto, de forma a atender às demandas mais prementes da universidade.** Essa medida, no entanto, não atende a outras necessidades urgentes, especialmente por técnicos especializados necessários para o trabalho presencial nos novos *campi*.

Também é preciso mencionar que muitos dos órgãos complementares da Unifesp não contam com o apoio de servidores TAEs, embora desenvolvam centenas de atividades de pesquisa, ensino e extensão. No entanto, o PDI 2021-2025 sequer menciona a possibilidade de designar recursos humanos aos órgãos complementares. **A Chapa 2 se compromete a levantar as necessidades de serviços de apoio dos centros atualmente existentes na Unifesp e a estabelecer critérios para alocação de recursos humanos, com a participação de representantes dos órgãos complementares, que sejam objetivos e transparentes.**

A gestão da Chapa 2 tem plena consciência da urgência em atender às demandas por recursos humanos de técnicos para atuar nos diversos setores da Unifesp. Vamos solicitar ao MEC a consolidação dos recursos humanos dos novos *campi* e a recomposição da força de trabalho perdida pela Unifesp na última década. Além disso, vamos examinar o banco de vagas da universidade e, de forma transparente, discutir com a comunidade da Unifesp as necessidades mais prementes para a estruturação e recomposição de nossos recursos humanos.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas – ProPessoas; Conselho Universitário – Consu.

Ação #10 – Aprimorar os serviços informatizados da Unifesp

A Tecnologia da Informação – TI é um dos componentes centrais para o bom funcionamento de todos os processos administrativos da Unifesp, em especial os processos de matrícula e integralização das cargas horárias dos cursos de graduação e pós-graduação. Os sistemas informatizados são instrumentos fundamentais para liberar os servidores de tarefas rotineiras, deixando-os disponíveis para atividades que exigem tomada de decisão e criatividade.

Além disso, a TI tem um importante papel no gerenciamento das informações que a Unifesp disponibiliza para seu público interno e externo. Atualmente, não é tarefa fácil encontrar informações específicas nas páginas das pró-reitorias. É preciso que o Departamento de Tecnologia da Informação auxilie as equipes responsáveis pela atualização das páginas das pró-reitorias, de forma que seus usuários possam encontrar as informações mais relevantes de forma rápida.

A Unifesp pode estabelecer parcerias com outras universidades federais, buscando conhecer os sistemas que já são utilizados no ensino superior federal e avaliar a possibilidade de adotá-los. Também temos competências na Unifesp que não estão sendo devidamente aproveitadas. Com duas medidas simples —conhecer os sistemas utilizados em outras universidades federais e utilizar as competências internas da Unifesp— é possível integrar os diversos sistemas já utilizados na universidade a um custo compatível com o seu orçamento.

A capacitação dos técnicos do setor de Tecnologia da Informação também é medida essencial para a constante atualização dos conhecimentos na área. **É preciso criar na Unifesp condições de trabalho para os técnicos especializados de forma que estes considerem a universidade uma organização atrativa para suas perspectivas profissionais.**

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria, Superintendência de Tecnologia da Informação, pró-reitorias.

Ação #11 – Criar o escritório de apoio a docentes e TAEs

A comunidade precisa de um ponto de apoio para ter acesso aos serviços e informações necessárias para as suas atividades na Unifesp. Por exemplo: um docente quer ser informado sobre quando foi seu último pedido de progressão; um técnico deseja apresentar um pedido de licença sem remuneração e quer saber como proceder. Atualmente, docentes e TAEs têm que buscar essas informações em diferentes instâncias e pró-reitorias e muitas vezes não sabem por onde começar. O escritório que a Chapa 2 propõe poderá fornecer essas informações.

O escritório também atuará dando apoio ao desenvolvimento das

carreiras de docentes e TAEs. Por exemplo, no caso de docentes que queiram prestar concurso para livre-docência, o escritório poderá fornecer informações sobre o concurso e os requisitos necessários, disponibilizando modelos de documentos pertinentes ao processo. Os TAEs terão acesso a informações sobre cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação disponíveis na Unifesp e em outras organizações, de forma que possam planejar o desenvolvimento de suas carreiras na Unifesp.

O escritório de apoio a docentes e TAEs reduzirá o tempo de tramitação dos processos funcionais, uma vez que se articulará com as demais instâncias envolvidas (Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, CPPD, etc.).

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas – ProPessoas; Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD; outras pró-reitorias.

Ação #12 – Reerguer a Fundação de Apoio da Unifesp – FapUnifesp

A FapUnifesp tem um papel fundamental para que a Unifesp possa desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, a nossa fundação tem sofrido com um longo histórico de problemas de gestão que resultaram em um déficit contábil de quase sete milhões de reais. Mais do que tudo, a FapUnifesp sofre com a falta de transparência que se fez notar de forma mais evidente a partir de 2017: não existem atas públicas do conselho curador da fundação e os relatórios anuais da fundação não apresentam mais a lista de bolsistas.

A reforma mais recente do estatuto da FapUnifesp não atendeu às exigências legais em vigor. O Conselho Curador da FapUnifesp é composto pelo “o Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-Reitores de Administração, de Planejamento, de PósGraduação e Pesquisa, de Extensão e Cultura da Unifesp, na condição de membros natos” (Estatuto da FapUnifesp, art. 16, inciso I). Esse dispositivo está em conflito com o que determina a Lei 8.958/1994, a saber: aqueles que ocupam “cargo em comissão ou função de confiança” não podem atuar como diretores das fundações de apoio. Em que pese o argumento de que o conselho curador não seria órgão de direção da fundação, suas atribuições não deixam dúvidas de que este atua como a principal instância decisória da fundação. **Portanto, a primeira providência da Chapa 2 em relação à FapUnifesp é reexaminar o estatuto da fundação e elaborar uma proposta de reforma que contemple a legislação atual.**

O principal problema da FapUnifesp continua a ser o seu enorme déficit operacional. Segundo os últimos relatórios da auditoria independente, o funcionamento da fundação depende de uma entrada constante de recursos, sem o que a fundação não conseguirá prosseguir com suas atividades. Trata-se de um

problema altamente complexo e não temos a pretensão de apresentarmos aqui uma solução definitiva. Entendemos porém, como em todas as demais ações que estamos propondo neste programa, que a transparência é o caminho. Ao longo dos últimos anos, os conselheiros do Consu solicitaram, recorrentes vezes, a convocação de uma reunião extraordinária para discutir a situação financeira da fundação. Até o momento, a reunião não foi convocada. **A gestão da Chapa 2, assim que ocupar a presidência do Consu, incluirá no calendário do conselho a realização de reunião extraordinária que terá como pauta única a situação financeira da FapUnifesp.** O passo seguinte à essa discussão no Consu, será a construção de um novo plano de recuperação da FapUnifesp. Esperamos contar com a colaboração dos colegas que atuam e já atuaram na fundação para encontrar um caminho que garantirá a sobrevivência da nossa fundação nos anos vindouros e seu apoio efetivo à toda a universidade.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; membros e ex-membros do conselho curador da FapUnifesp; gerentes e funcionários da fundação.

Ação #13 – Apoiar os pesquisadores da Unifesp

Nas conversas que a Chapa 2 manteve com os colegas pesquisadores, ficou evidente que a principal demanda da gestão da universidade é que esta forneça o apoio necessário para desenvolverem suas pesquisas. Sabemos que as necessidades de apoio dependem de quais áreas do conhecimento estão sendo consideradas. As dificuldades são menores para os pesquisadores na área das Humanidades, mas ainda assim o apoio institucional se faz necessário (Ação #2). No entanto, a falta de apoio da reitoria é sentida com maior intensidade pelos colegas que dependem de equipamentos e laboratórios para realizar suas pesquisas.

Um exemplo dramático vem do Instituto São José dos Campos. A Chapa 2 visitou a obra inacabada do Centro de Inovação em Engenharia Biomédica do ICT-Unifesp, fruto de um projeto classificado em primeiro lugar pela Finep há dez anos. Durante todos esses anos, os pesquisadores responsáveis batalharam para implementar o projeto, mas se viram encurralados pela carência crônica de servidores no campus e pela falta de apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – ProPGP. O valor dos recursos da Finep obtidos foi corroído pela inflação e um centro que foi planejado para funcionar com todos os equipamentos de pesquisa instalados, hoje só pode almejar ocupar duas salas do prédio.

Outros relatos também ilustram a falta de apoio institucional. Uma pesquisadora não conseguiu receber recursos de uma emenda parlamentar por falta de uma assinatura da reitora. Outro pesquisador manifestou sua frustração por não conseguir concretizar uma parceria público-privada, apesar do interesse das partes, recebendo da ProPGP a informação de que o processo era “muito burocrático”.

Enquanto a Unifesp perde recursos e oportunidades de financiamento para projetos de pesquisa, outras universidades federais estão sendo bem sucedidas na captação de recursos para pesquisa e na agilidade nos processos necessários para concretizar os projetos de seus pesquisadores, como é o caso da Universidade Federal do ABC, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, outras universidades federais conseguem executar projetos da Finep nos prazos previstos, assinam autorizações para captar recursos de emendas parlamentares rapidamente e conseguem estabelecer parcerias público-privadas apesar da “burocracia”.

A Chapa 2 considera que é dever da administração da universidade oferecer os serviços necessários para que os pesquisadores possam se dedicar à pesquisa e captar recursos, seja do setor público ou privado. Todos os projetos de pesquisa devem contar com o apoio integral da ProPGP, da fase de elaboração, passando pela implementação e até a prestação de contas. **Propomos que a ProPGP seja reestruturada para fornecer o apoio administrativo necessário para que os pesquisadores fiquem liberados das tarefas burocráticas e possam se dedicar ao trabalho intelectual e à criatividade científica.**

A gestão da Chapa 2 irá procurar as universidades federais que estão conseguindo executar projetos que envolvem recursos vultosos para aprender com elas sobre o “como fazer”. Pretendemos montar em nossa universidade uma equipe qualificada, treinada e ágil, que possa dar o apoio necessário para a concretização dos projetos de nossos pesquisadores. As experiências dessas universidades comprovam que é possível superar entraves burocráticos que, de fato, existem. Precisamos virar a página na atual situação, onde projetos que tinham grande potencial para alavancar o conhecimento científico e o desenvolvimento do país acabam sendo vítimas de “morte prematura”.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Ação #14 – Apoiar os estudantes em suas diversas necessidades e demandas

Os Núcleos de Apoio aos Estudantes – NAEs vêm há alguns anos prestado ser serviços fundamentais aos estudantes da Unifesp. Sendo serviços descentralizados, estão facilmente ao alcance dos estudantes dos campi da Unifesp. Com a experiência acumulada nesses anos de funcionamento, sabemos que existem novas demandas que estão sendo levadas aos NAEs. Por exemplo, atualmente os profissionais desses núcleos têm que lidar situações de conflitos entre estudantes, que envolvem inclusive denúncias de assédio, discriminação e racismo. **A Chapa 2 apoiará os profissionais dos NAEs para que recebam treinamento para lidar com as novas demandas dos estudantes.** Nesse sentido, é especialmente importante contar com a Câmara de Mediação da Unifesp – CAMU, que já vem oferecendo treinamento a docentes e TAEs interessados

em atuar como mediadores de conflitos. Apoiaremos também o treinamento de estudantes para atuarem na mediação de conflitos, se assim desejarem.

Uma das demandas recorrentes dos estudantes é a situação dos restaurantes universitários (RUs). Reconhecemos que a solução para a situação é complexa e que depende de recursos que podem não estar disponíveis nos orçamentos dos campi. No entanto, é nossa tarefa procurar antecipar os problemas, buscando soluções antes que os serviços de alimentação sejam suspensos. **A gestão da Chapa 2 garantirá a transparência de todos os processos relacionados aos RUs. Desta forma, a comunidade acadêmica poderá acompanhar e sugerir soluções para as dificuldades enfrentadas.**

Outro grande dificuldade para a vida dos estudantes da Unifesp é a falta de moradia estudantil. Este problema certamente impacta diretamente a qualidade das condições de estudo e certamente é um dos fatores que agravam a evasão. **Propomos que a moradia estudantil seja uma das prioridades na execução dos Planos Diretores de Infraestrutura da Unifesp – PDIfra** (ver Ação #12). Assim como não é possível conceber uma universidade sem salas de aula, sem laboratórios, e uma escola de medicina sem Hospital Universitário, também não é concebível uma universidade sem moradia estudantil. Embora alguns dos PDInfra que foram elaborados na Unifesp tenham previsto a construção de moradias estudantis, nenhuma está em construção até o momento. Os projetos para construção de moradias estudantis precisam sair do papel e serem implementados.

Os estudantes também precisam de apoio para desenvolver seus projetos extra-classe. **A gestão Chapa 2 atuará para dar visibilidade e apoio às empresas juniores da Unifesp.** Atualmente a universidade conta com dez empresas juniores em quatro campi, que prestam serviços primordialmente ao setor privado. As empresas juniores da Unifesp poderiam também participar de licitações, tomadas de preço, ou mesmo do pregão eletrônico para prestar serviços à Unifesp e outras organizações públicas, uma vez que têm, além dos conhecimentos, estrutura jurídica que permite esse tipo de participação. **A Prae e a Pró-Reitoria de Administração – ProADM podem capacitar as empresas juniores para prestar serviços ao setor público, o que exige conhecimentos da legislação pertinente e dos procedimentos formais.** Este envolvimento pode contribuir de forma positiva para o conhecimento dos estudantes sobre o setor público e suas demandas.

A Prae, na Gestão da Chapa 2, dará todo o apoio necessário para que as unidades acadêmicas estruturem seus serviços de orientação sobre estágios, sejam esses obrigatórios ou não. A reitoria pode estabelecer convênios e acordos de cooperação para que os estudantes possam realizar seus estágios em diversos tipos de organização, seja no setor público ou privado.

A gestão da Chapa 2 incentivará o fortalecimento da interação entre o corpo docente com TAEs e docentes, divulgando e acompanhando os resultados de programas de mentoria, como o “Programa de Travessia” e o “Semear”.

Também dará apoio para atividades esportivas e culturais que possam aproximar servidores técnicos e docentes dos estudantes (ver Ação #16).

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Prae; Pró-Reitoria de Planejamento – ProPlan.

Ação #15 – Apoiar a carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

O Programa de Incentivo à Qualificação TAE (Bolsa-Auxílio PIQTAE) da Unifesp publicou seu último edital em 2015. Em 2019, os TAEs contemplados foram informados de que não existiam mais recursos orçamentários para fazer os reembolsos das mensalidades dos cursos em que estavam matriculados. Desde então, os TAEs vêm financiando os seus cursos de graduação e pós-graduação ou estão limitados aos cursos oferecidos pela Unifesp, pela Escola Nacional da Administração Pública – ENAP e por outras universidades públicas. A Chapa 2 considera de fundamental importância que os TAEs tenham continuidade em seus treinamentos e estudos, sejam de graduação ou pós-graduação. **Para tanto, propomos a revisão e redistribuição dos recursos financeiros da Unifesp de forma que os TAEs também possam ser contemplados com bolsas de estudo.**

Incentivaremos a oferta de cursos de pós-graduação e especialização nas áreas pertinentes à atuação dos TAEs, como saúde, gestão pública, contabilidade, educação, etc. Esses cursos poderão ser ofertados ao público em geral, mas reservando vagas para os TAEs interessados. Esta solução tem a vantagem de servir também como uma oportunidade para os docentes da Unifesp realizarem atividades de extensão.

Para os servidores que não estão em trabalho remoto, **implantaremos o horário flexível, desde que com anuência da chefia.** Dessa forma, os servidores poderão cumprir as 40 horas semanais, atendendo às suas necessidades familiares ou de estudo e, assim, melhorando sua qualidade de vida. **Valorizaremos a autonomia e competência dos servidores e apoiaremos medidas para a criação de um ambiente de trabalho positivo e salutar.**

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas – ProPessoas.

Ação #16 – Cuidar da saúde física e mental da comunidade Unifesp

Historicamente, a maioria dos médicos que atuava no Núcleo de Assistência à Saúde do Funcionário – NASF pertencia ao quadro da Unifesp. Recentemente, muitos se aposentaram ou estão afastados, o que reduziu o número

de atendimentos em diversas especialidades. Concomitantemente, o NASF não está conseguindo atrair e reter profissionais da saúde contratados pela SPDM. Entendemos que os serviços prestados pelo NASF têm um grande impacto na qualidade de vida dos servidores da Unifesp, demandando uma intervenção firme para reverter a deficiência no atendimento que existe atualmente. Nesse sentido, as especialidades com maiores demandas de atendimento teriam prioridade nas contratações de profissionais para atendimento no NASF. Também propomos o fortalecimento das parcerias com os ambulatórios dos hospitais universitários da Unifesp (Hospital São Paulo e HU2) e o Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental – CAISM, e a busca por novas parcerias.

O Núcleo de Segurança, Medicina do Trabalho e Perícias Médicas – SESMT também apresenta um grande déficit no seu quadro de médicos do trabalho. Como consequência, perícias médicas de servidores não estão sendo feitas em tempo hábil para que os servidores tenham acesso a benefícios como afastamentos e aposentadorias por invalidez. Por exemplo: os servidores do HSP que contraíram a Covid 19 e apresentam sequelas da doença não estão conseguindo realizar suas perícias. Atualmente, o SESMT também não tem condições de realizar os exames periódicos dos servidores. Portanto, é urgente buscar recompor o quadro de profissionais deste órgão.

Nosso compromisso, portanto, é buscar todos meios ao nosso alcance para recompor os quadros de profissionais do NASF e do SESMT.

NO que se refere à saúde mental, esta significa muito mais do que ausência de doenças psiquiátricas. Entre as recomendações do Plano de Ação Integral de Saúde Mental da OMS, consta a reorganização dos entornos que influenciam a saúde mental. Nesse contexto, a melhoria das condições de trabalho e de estudo são fundamentais para a promoção da saúde mental. Daí a importância de que as práticas de gestão de pessoas e de apoio aos estudantes da Unifesp contribuam para esse ambiente salutar. Além disso, consideramos que as atividades culturais e esportivas têm também um papel importante na promoção da saúde mental de nossa comunidade.

Vamos incentivar as atividades culturais e esportivas e, para tanto, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura desenvolverá projetos que tragam a arte, a cultura e as atividades esportivas para a nossa vida institucional, de forma que sejam instrumentos de bem-estar mental, fomentando a criatividade e a reconstrução de laços e convivência.

A gestão da Chapa 2 buscará parcerias e financiamento —inclusive por meio da Lei Rouanet— para desenvolver projetos culturais e esportivos para toda a comunidade.

Instâncias envolvidas: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - ProEC, Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas – ProPessoas, Núcleo de Assistência à Saúde do Funcionário – NASF; Núcleo de Segurança, Medicina do Trabalho e Perícias Médicas – SESMT.

Acesse o site da Chapa 2:

<https://reconstrucaorespeito.com/>



Acesse o Instagram da Chapa 2:

<https://www.instagram.com/reconstrucaorespeito/>

